

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.234/2009**

**DE 16 DE OUTUBRO DE 2009.-**

**DISPÕE SOBRE O PLANO  
PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE  
ALEGRIA - RS - PARA O  
QUADRIÊNIO 2010/2013 E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**IDALCIR LUIZ SANTI**, Prefeito  
Municipal de Alegria, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições  
legais,

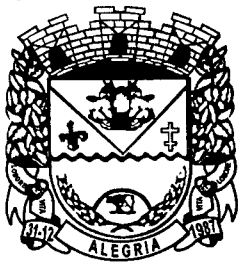
**FAZ SABER**, em cumprimento ao  
disposto no artigo 165 da Constituição Federal, que a Câmara Municipal de  
Vereadores aprovou com Emenda Modificativa nº 01/2009 e EU sanciono e  
promulgo a seguinte Lei:

**Art.1º**- A presente Lei institui o Plano  
Plurianual para o quadriênio 2010/2013, em cumprimento ao disposto no  
artigo 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o  
período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e  
montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras  
delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma de anexos.

**Art.2º**- Para efeitos desta Lei, entende-  
se por:

- I - programa, o instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;
- II - programa finalístico, aquele que resulta em bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade;
- III - programa de apoio administrativo, aquele que engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não têm suas despesas passíveis de apropriação àqueles programas;
- IV - ação, o conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;
- V - produto, bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo;
- VI - meta, a quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

**Art.3º**- A programação constante no  
PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro Municipal, das



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRIA**

Operações de Crédito Internas e Externas, das Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias da União e do Estado e, subsidiariamente, das parcerias implementadas com outros Municípios e com a iniciativa privada.

**Parágrafo Único:** Os valores financeiros constantes nesta Lei são referenciais e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentária Anual, que deverá obedecer os parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas previstas, consoante a legislação tributária em vigor à época.

**Art.4º-** As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2010-2013 se constituem referências a serem observadas pelas leis de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

**Art.5º-** A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.


**Art.6º-** A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

**Art.7º-** O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores, até o dia 30 de abril de cada exercício, relatório de avaliação dos resultados da implantação deste Plano.

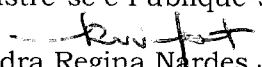
**Art.8º-** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art.9º-** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO**  
**MUNICIPAL DE ALEGRIA, AOS 16 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO**  
**DE 2009.**

  
Idalcir Luiz Santi  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

  
Sandra Regina Nardes Jost  
Secretária Municipal da Administração